

ÉTICA

UM GUIA DE CONDUTA PARA
SERVIDORES

INTEGRIDADE E COMPLIANCE



PREFEITURA DE
BRUSQUE

PREFEITO MUNICIPAL

André Vechi

VICE PREFEITO MUNICIPAL

André Batisti

CONTROLADOR MUNICIPAL

Daniel Felício

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO**

Gian Luca Zancanaro Maffezzolli

SUMÁRIO

Introdução

4

Legislação

5

Deveres

5

Princípios que Orientam a Conduta Ética

6

Moral

8

Conduta

10

Condutas do Servidor Municipal

11

Condutas - Comissão Processante

13

Condutas - Gestão, Coordenação, Supervisão e Gerenciamento

14

Condutas Incompatíveis

15

Conclusão

17

Referências

18

INTRODUÇÃO

Com a adesão ao Programa de Integridade e Compliance, o Município de Brusque assumiu o compromisso de promover, dentre outras coisas, a conduta ética entre os servidores da Administração direta e indireta, bem como entre prestadores de serviços.

Após a análise de 10 áreas diferentes da Administração Pública, identificou-se 25 riscos, frente aos quais o Município estabeleceu 27 medidas de prevenção, controle e mitigação, apresentadas no Plano de Integridade e Compliance.

A elaboração deste Guia de Conduta Ética compõe o rol de medidas propostas no Plano, dado seu caráter fundamental e necessário à efetiva gestão de riscos.

LEGISLAÇÃO

A Lei Complementar nº 147/2009 – Estatuto do Servidor Público Municipal, possui uma sessão denominada “Dos Deveres” onde, no artigo 174, traz um rol de deveres a serem observados e exercidos pelo servidor público municipal. São eles:

DEVERES

Lei Complementar nº 147/2009

I

Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função;

II

Assiduidade;

III

Pontualidade;

IV

Discrição;

V

Tratar com cortesia as pessoas;

VI

Observar as normas legais e regulamentares;

VII

Cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais;

VIII

Representar à autoridade superior sobre irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo;

IX

Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

X

Fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço;

XI

Atender com presteza.

EM CONJUNTO, ESSES DEVERES SIGNIFICAM: **ÉTICA!**

Após o lançamento do Plano de Integridade e Compliance, o Município publicou o Decreto nº 10.025/2024 que institui o Código de Conduta Ética.

O Decreto apresenta uma série de princípios e conceitos basilares da conduta ética na Administração Pública Direta e Indireta, com fulcro nos deveres da Lei Complementar nº 147/2009 e outros.

De modo geral, o Decreto explica os deveres da Lei Complementar nº 147/2009, bem como amplia e aprofunda-se no assunto.

O artigo 4º do referido Decreto define os princípios que orientam a conduta ética no Município. Confira!

PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A CONDUTA ÉTICA

I - Moral: normas, valores e costumes que orientam a conduta das pessoas em sociedade, permitindo discernir a correta postura a ser adotada;

II - Dignidade: norteia o reconhecimento da pessoa quanto ao próprio valor, honra e autoridade;

III - Zelo: estado de quem se empenha na realização de algo; diligência;

IV - Respeito: obediência às normas de convivência, às boas maneiras, à decência e à compostura; e

V - Integridade: conduta reta, justa, honesta e proba.

O leitor atento certamente já deve ter notado que os deveres do servidor público presentes na Lei Complementar nº 147/2009 integram os princípios de conduta ética fixados pelo Decreto nº 10.025/2024.

Em outras palavras, **os princípios éticos sempre estiveram dispostos no Município, de modo que a conduta ética pode ser alcançada através da observância e prática contínua dos deveres estatutários do servidor.**

Esses princípios e deveres são criados a partir da moral do legislador e esta, por sua vez, origina-se da moral coletiva.



MORAL

No que se refere à moral, o professor Paulo Nader afirma que ela “identifica-se com a noção de Bem, que constitui o seu valor.”

Considera-se Bem tudo aquilo que aprimora a pessoa de forma integral, isto é, enquanto “a plena realização da pessoa”, e de forma integrada, que significa agir com altruísmo, prezando pelos interesses do próximo.

O Bem pode ser encontrado na natureza, ou seja, através da ordem natural das coisas acessível ao sujeito mediante a combinação entre experiência sensível e razão.

A partir disso originam-se os princípios e normas morais, bem como a organização de sistemas éticos.

Os costumes de um povo particular, por exemplo, são oriundos da própria natureza.

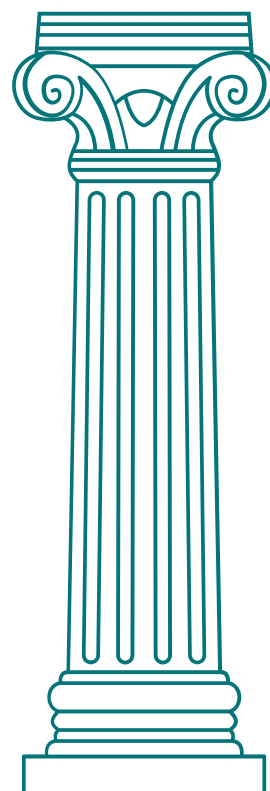
**“Os costumes são o tácito
consenso do povo inveterado pela
longa repetição.”**

- ULPIANO

A afirmativa de Nader alinha-se à concepção clássica que considera a busca do Bem Supremo como fim último com valor intrínseco e desejado por si mesmo.

Um expoente do pensamento clássico é Cícero que define a honestidade como Bem Supremo, louvada e buscada por si mesma, constituindo dever do homem a sua busca em todas as esferas da vida.

Em relação à conduta ética na administração pública municipal de Brusque, é evidente que todos os preceitos estabelecidos, tanto pela Lei Complementar nº 147/2009, quanto pelo Decreto nº 10.025/2025, dependem da moral coletiva e individual do servidor para sua plena realização, assim como do aprimoramento integral e integrado de ambas as partes, de modo que possam buscar aquele Bem oriundo da natureza.



CONDUTA

Após a apresentação dos deveres do servidor público, bem como da breve conceituação de moral, a qual os deveres estão submetidos, resta apresentar quais as condutas a serem adotadas pelo servidor.

O Decreto nº 10.025/2024 define as condutas que caracterizam o servidor idôneo não somente através de uma visão geral, mas também em casos específicos, como a atuação numa comissão processante e desempenho de funções de gestão, coordenação, supervisão e gerenciamento de servidores.

Além disso, o Decreto destaca quais condutas são incompatíveis com os princípios, valores e diretrizes estabelecidos e, portanto, vedadas aos agentes públicos.

Confira a seguir!



- I** - resguardar tanto na conduta profissional quanto na pessoal a integridade, a honra e a dignidade de sua função pública;
- II** - priorizar o atendimento do interesse público quando em conflito com o interesse privado;
- III** - desempenhar suas atividades com responsabilidade, priorizando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social;
- IV** - desempenhar suas atividades com responsabilidade ambiental, combatendo o desperdício de recursos materiais e evitando danos ao meio ambiente;
- V** - tratar as pessoas com cordialidade, respeito e empatia, sem qualquer distinção ou discriminação, especialmente quando em razão do trabalho;
- VI** - respeitar as necessidades, expectativas, individualidades, dificuldades e privacidade das pessoas;
- VII** - levar ao conhecimento da autoridade superior competente as ações ou omissões praticadas por agentes públicos da administração que estejam em confronto com os valores e diretrizes deste código e, especialmente, as que busquem obter vantagem indevida ou atender interesse pessoal próprio ou de terceiros;
- VIII** - desempenhar suas funções de modo a não comprometer a dignidade e a imagem da Administração Pública durante o trabalho ou em atividades externas;

IX - atuar com lealdade à Administração Pública, buscando sempre elevá-la ao patamar de excelência;

X - empenhar-se em seu desenvolvimento profissional, mantendo-se atualizado quanto a novos conhecimentos, métodos, técnicas e normas de trabalho aplicáveis a sua área de atuação;

XI - disseminar, no ambiente de trabalho, informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamento ou de exercício profissional que contribuam para a eficiência das atividades realizadas pelos demais agentes;

XII - evitar quaisquer ações ou relações conflitantes, ou potencialmente conflitantes, com suas responsabilidades profissionais;

XIII - informar a administração sobre situação patrimonial, atividades econômicas ou profissionais e relações que, real ou potencialmente, possam suscitar conflito de interesses;

XIV - manter neutralidade no exercício profissional, conservando sua independência em relação a influências político-partidárias, religiosas ou ideológicas;

XV - resguardar o sigilo sobre dados e informações obtidos em razão do exercício profissional;

XVI - cientificar previamente o gestor, sempre que possível, sobre a intenção de desligar-se de cargo ou função comissionada; e,

XVII - evitar todo o tipo de assédio moral e sexual.

- I** - atuar com independência e autonomia;
- II** - seguir com rigor as normas técnicas de sua área de atuação;
- III** - coletar e analisar o máximo de dados, informações e documentos possível antes de emitir relatório conclusivo; e
- IV** - guardar confidencialidade de dados, documentos ou quaisquer informações a que tenha acesso ou de que tenha conhecimento em razão de suas atividades, ressalvadas as hipóteses de comunicação obrigatória.

Parágrafo único. Na condição de integrante de comissão processante, são entendidas como condutas incompatíveis com os princípios, valores e diretrizes estabelecidos neste código:

- I** - submeter qualquer pessoa a qualquer tipo de constrangimento em razão ou no desempenho de suas atividades;
- II** - omitir, sonegar ou desconsiderar fatos, dados, documentos ou informações relevantes para o desempenho de suas atividades;
- III** - emitir juízo de valor que transcenda as observações técnicas e objetivas próprias de suas atividades;
- IV** - comentar de forma pública ou restrita o objeto, o andamento ou a conclusão de trabalhos de auditoria, ainda que sem revelar dados, documentos ou mencionar as pessoas envolvidas; e
- V** - utilizar de qualquer forma, em proveito próprio ou alheio, dados, documentos ou informações de que tenha ciência em razão de suas atividades.

I - atuar de modo que suas ações sirvam como modelo de conduta alinhado aos princípios, valores e diretrizes da Administração Pública;

II - disseminar os princípios, valores e normas deste código, bem como orientar os integrantes de sua equipe acerca de seu cumprimento;

III - atuar em conformidade com os referenciais estratégicos e o planejamento estratégico da Administração Pública;

IV - proporcionar ambiente de trabalho harmonioso, cooperativo, participativo, inclusivo e produtivo, priorizando a orientação construtiva para o desenvolvimento da equipe;

V - agir com urbanidade, empatia e respeito, tratando questões individuais dos membros da equipe com discrição e de forma a não constranger o subordinado;

VI - promover ações que permitam evitar o assédio moral e/ou sexual entre membros de sua equipe e demais servidores dos mais variados setores da Administração Pública;

VII - cientificar previamente o agente público, sempre que possível, sobre a exoneração de cargo em comissão ou função comissionada e evitar a exoneração ou a dispensa em período de licença ou afastamento;

VIII - propiciar igualdade de oportunidades para o desenvolvimento profissional dos membros de sua equipe;

IX - fomentar o aproveitamento das competências dos membros de sua equipe;

X - incentivar a colaboração dos membros de sua equipe reciprocamente e com outras unidades; e

XI - observar e estimular boas práticas de governança e gestão.

I - utilizar bens e/ou recursos, materiais e/ou imateriais, assim como as dependências físicas e a imagem de qualquer órgão público do Poder Executivo Municipal com a finalidade de atender a interesse particular, político-partidário, religioso ou ideológico, seu ou de terceiros;

II - retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;

III - realizar atividade de interesse pessoal que prejudique o desempenho de suas obrigações profissionais, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas, comprovadas e comunicadas à chefia;

IV - praticar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, assim como compactuar ou tolerar conduta contrária aos princípios, valores e diretrizes estabelecidos neste código, ainda que não configure expressa violação à lei;

V - adotar conduta que interfira no desempenho do trabalho;

VI - permitir que perseguições com ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal que interfiram no trato com o público e/ou com outros agentes públicos;

VII - prejudicar deliberadamente a reputação de outro agente público ou cidadão em qualquer circunstância;

VIII - usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

IX - atribuir a outrem erro próprio ou dificultar sua apuração;

X - apresentar como de sua autoria ideia ou trabalho de outrem;

XI - utilizar relatório, trabalho ou documento ainda não publicado para finalidade estranha a seu objetivo ou à execução das funções de seu cargo sem prévia autorização;

XII - exercer atividade incompatível com as razões do afastamento profissional;

CONDUTAS INCOMPATÍVEIS

XIII - utilizar canal ou ferramenta de comunicação institucional para a propagação e divulgação de trote, boato, propaganda comercial, religiosa, ideológica ou político-partidária;

XIV - receber qualquer vantagem patrimonial em razão do exercício profissional, não prevista em lei;

XV - pleitear, solicitar, provocar, sugerir, aceitar ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

XVI - utilizar-se do cargo ou função a fim de obter facilidades, amizades, posição e influências ou para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

XVII - prestar serviço ou manter relação comercial com pessoa física ou jurídica que tenha interesse submetido a decisão sua ou de colegiado do qual participe;

XVIII - ser conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão em função de seu espírito de solidariedade;

XIX - deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;

XX - alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

XXI - iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;

XXII - desviar servidor público para atendimento a interesse particular;

XXIII - fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

XXIV - apresentar-se embriagado no serviço ou, fora dele, com habitualidade;

XXV - contribuir, concordar ou concorrer para que qualquer instituição atente contra a moral, a integridade ou a dignidade da pessoa humana;

XXVI - exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso; e,

XXVII - receber propina, porcentagem ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições.

CONCLUSÃO

Como demonstrado neste guia, a moral caracteriza-se pela busca contínua do Bem comum e dela nascem os princípios, as normas morais e os sistemas éticos.

Com base nesta linha de raciocínio, definiu-se os deveres do servidor público municipal presentes na Lei Complementar nº 147/2009.

O Decreto nº 10.025/2024 complementa a sessão de deveres do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e descreve as condutas que devem ser observadas e executadas pelo servidor municipal.

Conclui-se, portanto, que a conduta ética no Município de Brusque está devidamente estabelecida. Resta agora que os servidores façam sua parte!

REFERÊNCIAS

BRUSQUE. **Lei Complementar nº 147, 25 de setembro de 2009.**

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, suas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. 2025. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/brusque/lei-complementar/2009/14/147/lei-complementar-n-147-2009-dispoe-sobre-o-regime-juridico-dos-servidores-publicos-do-municipio-suas-autarquias-e-fundacoes-publicas-e-da-outras-providencias>.

BRUSQUE. **Decreto nº 10.025, de 09 de dezembro de 2024.**

Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Brusque e dá outras providências. 2025. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/brusque/decreto/2024/1003/10025/decreto-n-10025-2024-institui-o-codigo-de-conduta-etica-dos-agentes-publicos-da-administracao-direta-e-indireta-do-poder-executivo-do-municipio-de-brusque-e-da-outras-providencias>.

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos Deveres.** São Paulo: Edipro, 2019.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito.** 36ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.



PREFEITURA DE

BRUSQUE